

## A adequação do contingente militar às novas demandas do instituto das operações de paz multidimensionais das Nações Unidas<sup>1</sup>

*Javier Rodrigo Maidana<sup>2</sup>*

### RESUMO

O presente trabalho alude, em linhas breves, a nova realidade imposta aos contingentes militares cedido às Nações Unidas a fim de executar as obrigações das operações de paz. Busca ressaltar, de igual forma, as consequências desse aumento no espectro de atuação do exército por essa nova realidade enfrentada pelos mesmos, além da questão da preparação das unidades nacionais por parte dos Estados-membros antes de enviá-los à operação. Mencionando rapidamente o processo de treinamento do exército brasileiro, quer se demonstrar as medidas adotadas pelo Brasil com relação a essa expansão além das implicações decorrentes de sua participação nesse tipo de operação internacional para o próprio exército brasileiro.

**Palavras-chaves:** Exército Brasileiro. Operações de Paz. Nações Unidas. Atividades Militares.

### ABSTRACT

This paper attempts to bring in short lines, the new reality faced by military contingents assigned to the United Nations for the implementation of its peace-keeping operations. It stresses, also, the consequences of the increased spectrum of activity took by the army since the new reality faced by them, adding the topic of the preparation of national units by the Member-States before sending them

---

1 Trabalho apresentado em comunicação acadêmica no Congresso Internacional "A Jurisprudência nos Processos de Integração Regional: União Européia e Mercosul" ocorrido em Florianópolis de 31 de outubro a 1 de novembro de 2011, tendo o seu conteúdo sido revisado e ampliado.

2 Mestre em Direito em Relações Internacionais pelo do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina e membro do Grupo de Pesquisa de Direito Internacional *Ius Gentium* do Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC. É professor de Direito Internacional Público no curso de Direito da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, unidade Pedra Branca.

to the operation. It mentions briefly the training process adopted by the Brazilian army to demonstrate the steps taken by Brazil in order to follow this expansion as well as the implications for them related to their participation in this kind of international operation.

**KeyWords:** Brazilian Army. Peacekeeping Operations. United Nations. Military Activities.

## INTRODUÇÃO: AS OPERAÇÕES DE PAZ MULTIFUNCIONAIS DAS NAÇÕES UNIDAS

A participação brasileira em operações de paz das Nações Unidas já é algo consolidado. Inclusive, a qualidade de suas ações em campo vem sendo reconhecida e solicitada pela instituição para outras atividades de mesma natureza<sup>3</sup>. O principal exemplo da atuação do exército brasileiro se dá no campo da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Esses pontos procuram contribuir com a procura do país em se firmar como um membro influente e participativo na Comunidade internacional.

Não obstante tais objetivos, já se sabe pela experiência prática da Organização das Nações Unidas (ONU) nesses mais de 60 anos de atuação, que não basta enviar tropas para um local em que se tem um processo de paz. O próprio sucesso da missão e a imagem que esta terá, tanto da ONU como dos países partícipes, dependerá do desempenho desses contingentes em campo e da relação entre as unidades da própria missão. Não somente entre eles, como também com os demais atores em campo, ou seja, com as outras organizações internacionais e Organizações Não Governamentais (ONGs) atuantes no local onde o processo de paz se realiza. Isto porque as funções desempenhadas atualmente por uma operação é muito

---

3 O exemplo mais recente desse reconhecimento é o convite feito pela própria organização das Nações Unidas ao Brasil de enviar um General brasileiro para comandar a "brigada de intervenção" da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). O General Carlos Alberto dos Santos Cruz foi o enviado após ter liderado a missão da ONU no Haiti, tendo conseguido significativas vitórias contra um dos principais grupos rebeldes M23, sendo uma atuação decisiva para o avanço no processo de estabilização da República Democrática do Congo. Para maiores informações da atuação da "brigada de intervenção" da MONUSCO e sobre a seleção do General Santos Cruz vide: STOCHEIRO, Tahiane. "General do Brasil é convidado para comandar missão de paz no Congo.," **G1**, São Paulo, 24, abril, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/general-do-brasil-e-convidado-para-comandar-missao-de-paz-no-congo.html>> Acesso em: 06 dez. 2013; STOCHEIRO, Tahiane. "Brasileiro festeja triunfo sobre grupo no Congo, mas ação da ONU segue.," **G1**, São Paulo, 20, novembro, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/11/brasileiro-festeja-triunfo-sobre-grupo-no-congo-mas-acao-da-onu-segue.html>> Acesso em: 06 dez. 2013; KAWAGUTI, Luis. "General Santos Cruz diz que solução no Congo não pode ser só militar.," **Defesanet**, 09, agosto, 2013. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/11770/General-Santos-Cruz-diz-que-solucao-no-Congo-nao-pode-ser-so-militar/>> Acesso em: 06 dez. 2013.

mais complexa e abrangente daquelas primeiras experiências durante o período de Guerra Fria (1947-1991).<sup>4</sup>

Para tanto, cada vez mais a organização vem defendendo a necessidade de treinamento prévio dos efetivos que participarão de uma operação de paz a fim de que se familiarizem com a estrutura e os procedimentos próprios das operações. Cabe esclarecer que o treinamento para operações de paz não se confunde nem se assemelha aos procedimentos para a guerra em que os militares são usualmente formados<sup>5</sup>. Com isso, os efetivos poderão atuar com maior efetividade, já que terão mais claros os conceitos e intuítos pertencentes ao instituto das operações de paz. Dessa forma, será mais fácil discernir, em situações práticas, a melhor atitude a ser tomada preservando o intuito final e a imagem da própria missão em campo.

Nesse trabalho se abordará, de forma sucinta, as mudanças ocorridas nas funções militares dentro das operações de paz decorrentes da igual modificação de contexto em que estas começam a atuar no período pós Guerra Fria. Fortalece, assim, a necessidade dos países contribuintes de tropas (TCC do inglês *Troop Contributing Country*) em adotarem iniciativas de formulação de centros de treinamentos nacionais para a preparação de suas tropas. Igualmente sucinta menção será feita às medidas adotadas pelo governo brasileiro no que se refere à promoção desse treinamento militar específico para agirem dentro de uma operação de paz e o que acarreta essas ações.

## MUDANÇAS NO CONTEXTO DAS OPERAÇÕES DE PAZ

O número de atividades as quais podem ser desempenhadas pelas operações é vasto e fica à mercê principalmente das diretivas gerais dadas pela resolução do Conselho de Segurança da organização. No que tange

---

4 O período de Guerra Fria é o momento histórico em que a as duas grandes potências mundiais à época, Estados Unidos e a União Soviética, influenciavam conflitos periféricos com o intuito de alargar as áreas sob seu controle. Nesse contexto as ações de segurança coletiva próprias do Conselho de Segurança da ONU encontravam-se paralisada devido as divergências e o poder de veto dos Estados mencionados. É nesse meio que surgem as primeiras operações de paz como uma forma de atuação internacional com o beneplácito das potências, pois desempenhavam atividades simples como observar as fronteiras, controlar as passagens por elas, garantir o respeito a um acordo de cessar fogo assinado pelas partes. Como bem mencionam Focarelli e Conforti "Si tratta, in effetti, di operazioni che hanno corrisposto all'esigenza tipica della guerra fredda di interporre forze militari in conflitti locali o minori laddove le due superpotenze non potevano affrontarsi direttamente." CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo. *Le Nazioni Unite*. 8. ed. Milão: CEDAM, 2010, p. 267.

5 CAMPOS, Marcio Teixeira de. *Missões de Paz e preparação de pessoal no Brasil*. p. 9. Disponível em: <<http://www.abed-defesa.org/page4/page8/page9/page19/files/marciocampos.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2011.

ao âmbito militar, nas operações conhecidas como Multidimensionais<sup>6</sup> ou de Segunda Geração, o corpo militar formado pelos efetivos cedidos dos exércitos dos Estados-membros tem de familiarizar-se e preparar-se para a execução de funções de outra natureza que as meramente de observação e relatoria dos fatos. Membros mais experientes dos exércitos podem, inclusive, ter participações em atividades mais burocráticas que só àquelas em campo.

Porquanto, atividades outras das de mera observação e monitoramento são a grande inovação do instituto multidisciplinar das operações de paz. Pelas experiências pretéritas se observou que, para atingir a finalidade da missão, em alguns contextos, essas atividades não eram o suficiente. Fazia-se necessária a reformulação ou até mesmo a incorporação de outras atividades e ações que garantissem, por exemplo, o retorno seguro às pessoas deslocadas de suas regiões pelos conflitos (as denominadas *Internal Displaced Persons* – IDP), prover auxílio humanitário, manter o respeito aos direitos humanos, entre outras tantas atividades que presentemente englobam as operações.

O instituto passa de mera solução dada para lidar com situações de conflitos ou de tensões internacionais do período da Guerra Fria, para ganhar novas perspectivas. Na sua fase após a queda do Muro de Berlim, o instituto das operações de paz abarca verdadeiramente a questão de reestabilizar regiões assoladas por conflitos. Num primeiro momento, essa ingerência nos Estados poderia configurar uma intervenção em assuntos internos, segundo o que se depreende do art. 2º §7 da Carta das Nações Unidas, que refere-se ao Princípio da Não Intervenção<sup>7</sup>. No entanto, tendo as operações de paz como um princípio formador a necessidade do con-

6 Os termos multidimensional, multifuncional e multidisciplinares são equivalentes, visto que todos referem-se ao advento de missões com uma natureza diversa daquela unicamente militar e com a presença de funções e unidades civis e policiais. A primeira é utilizada pelas Nações Unidas em que “*These operations [...] may employ a mix of military, police and civilian capabilities to support the implementation of a comprehensive peace agreement.*” UNITED NATIONS. *United Nations Peacekeeping Operations: Principals and Guidelines*. New York: United Nations, 2008, p. 22. Na mesma linha segue a segunda denominação adotada por Cellamari e assim conceitua as missões quando “[...] *i compiti di natura civile, politica e di assistenza umanitaria assumono un rilievo equivalente e talvolta prevalente rispetto ai pur importanti compiti militari.*” CELLAMARI, Giovanni. *Le operazioni di peace-keeping multifunzionali*. Torino: G. Giappichelli Editore, 1999, p. 60. O terceiro é usado por Fontoura ao se referir essas missões quando estas apresentam um “[...] aumento do papel das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacionais.” FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. *O Brasil e as Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 1999.

7 O tema que gira em torno do citado artigo refere-se ao Princípio da Não Intervenção. É um tema vasto que impossibilitaria maior aprofundamento nesta comunicação. Para uma visão mais detalhada vide: MAIDANA, Javier Rodrigo. *Intervenções internacionais: possibilidade de coexistência com o Princípio da Não Intervenção*. 2009. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Santa Catarina.



senso das partes envolvidas para que possa ser lançada, essa problemática da intervenção internacional se desfaz<sup>8</sup>.

Além dessas mudanças, a organização teve de lidar com o “como” realizar essas ações. Percebe-se a constante procura desta e seus departamentos específicos na profissionalização dos contingentes, observando de maneira especial as situações de sucessos ou não das operações passadas, com o intuito de consolidar cada vez mais o instituto em estudo.

É oportuno mencionar, também, que esses aprimoramentos se dão não apenas na criação dos novos componentes das operações multidimensionais<sup>9</sup>. As atividades a serem realizadas demandam uma adaptação do próprio contingente militar presente desde as primeiras operações como observado a seguir. Portanto, vem a justificar a necessidade dos TCC oferecerem um treinamento prévio além daquele da organização ao receberem as tropas participantes da operação.

## APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES MILITARES

O elemento militar das operações de paz precisou acompanhar às novas realidades de atuação das operações de paz da ONU, abraçando modificações significativas. Atribuem-se mais responsabilidades e atividades além daquelas originárias, promotoras de um clima de segurança como

---

8 As operações de paz apóiam-se em três princípios basilares: “1) imparcialidade significa que os *peacekeepers* não são desdobrados para ganhar a guerra em nome de uma das partes, mas antes para ajudá-las a chegar à paz. Não se confunde com a neutralidade, porque não pode haver omissão em vista de atos que contrariem os mandatos; 2) consentimento das partes é a necessidade de que os grupos em conflito concordem com a presença das Nações Unidas. Nos atuais conflitos, pode ser difícil identificar quem são as partes legítimas, mas isso não exclui a necessidade de que se obtenha algum tipo de acordo para o desdobramento das missões. Em última instância, a definição de quem é parte caberá ao CSNU e ao Secretariado; 3) uso da força somente em legítima defesa é o compromisso de que os *peacekeepers* evitarão ao máximo o uso da força, o que não significa que deverão se deixar agredir pelas partes em conflito e podem agir preventivamente.” UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as Operações de Manutenção da Paz e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2010, p. 22-23.

9 Dentro das atividades que podem ser desempenhadas pelas operações, têm-se o advento da polícia civil da ONU conhecida por UNPOL, e com os programas de estabelecimento de um Estado de Direito e de programas eleitorais. Há outras típicas da categoria de consolidação da paz (*peacebuilding*). São, em geral, de médio e longo prazo que, através do componente militar e policial, procuram transformar a realidade de pós-conflito em um cenário de paz estável. Entre elas estariam: a) as ações de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de combatentes (DDR); b) as ações de minas, para localizá-las e desarmar as possíveis; c) as de Reforma do Setor de Segurança (Security Sector Reform – SSR) e outras ligadas à manutenção da lei e da ordem; d) ações de proteção e promoção dos direitos humanos; e) assistência eleitoral; f) apoio à restauração e extensão da autoridade do Estado; e g) ações voltadas para a realização de eleições no país hóspede. Vale recordar que é cada vez menos observada essa divisão entre as categorias de ação na prática, tanto que já se realizam tais atividades em missões que se enquadrariam na categoria de manutenção da paz (*peacekeeping*) em caráter preparatório para a posterior etapa de consolidação. Para maiores informações vide: UNITED NATIONS, *United Nations Peacekeeping Operations: principles and guidelines*. p.26 ss; UNITED NATIONS, *Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations*. New York: United Nation, 2003. Disponível em: <<http://www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/Pbpps/library/Handbook%20on%20UN%20PKOs.pdf>>. Acesso em: 20 maio de 2011.

monitoramento de cessar-fogo, retirada de tropas estrangeiras da região, vigilância das fronteiras. Essas atividades próprias das primeiras operações serviam muito bem em questões entre Estados e situações típicas da Guerra Fria.

Após a expansão do número de operações de paz, o contingente militar depara-se com novas funções, além de fornecer apoio em vários outros programas de atividades que aquelas costumeiras. Num rol exemplificativo podemos encontrar: a) a localização e desarmamento de minas terrestres; b) o desarmamento de antigas milícias e sua reincorporação à sociedade; c) a garantia da segurança e da existência de corredores humanitários; d) o auxílio na formulação de nova força armada nacional; e) o acompanhamento em ações de desmantelamento de comandos e forças paralelas às do Estado; f) acompanhamento e segurança em procedimentos eleitorais, entre outras.<sup>10</sup>

O efetivo militar, portanto, diversifica-se em responsabilidades militares prestando, juntamente, apoio à execução de tarefas de outras unidades. Como denomina Cedric de Coning, para o contingente militar:

O principal papel [...] é garantir um ambiente seguro em que o resto dos atores internos e externos possam atuar. Um papel secundário da componente militar é fazer seus recursos disponíveis para os atores externos e internos em apoio aos objetivos globais da missão.<sup>11</sup>

Isso quer significar uma divisão em dois filios das funções exercíveis pelo exército: a) o primeiro que mantém as antigas ações das operações tradicionais mais de caráter militar (observação e segurança local); e b) começa a incorporar outras atividades sob suas responsabilidades dependendo da missão lançada, podendo contribuir com veículos, com experiência dos processos, com efetivo humano na execução de atividades a cargo dos demais contingentes interagindo com outras unidades da operação.

Somando-se a essa pluralização das atividades em campo, outra área de aproveitamento é a utilização da experiência militar, ou seja, da inte-

---

<sup>10</sup> No material intitulado *Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations* de 2003, há uma seção completa destinada às ações militares e as transformações por eles recebidas.

<sup>11</sup> “The primary role [...] is to ensure a safe and secure environment within which the rest of the external and internal actors can operate. A secondary role of the military component is to make its resources available to external and internal actors in support of the overall mission objectives.” CONING, Cedric de. Civil-military coordination practices and approaches within United Nations peace operations. In: *Journal of Military and Strategic Studies*. v. 10, Issue 1. 2007, p. 13. Disponível em: <<http://www.jmss.org/jmss/index.php/jmss/article/view/36>>. Acesso em: 15 set. 2011.

ligência militar. Membros seniores do exército podem participar de fases de negociações como nas categorias de promoção da paz (*peacemaking*)<sup>12</sup>, oferecendo suporte técnico e logístico para que os intercessores melhor conduzam as negociações de paz, dando uma previsão prática do que está para ser acordado e o que poderia ser melhor ajustado. Esses aconselhamentos também podem ser requisitados para a elaboração de outros planos como, por exemplo, os dos programas de Reforma do Setor de Segurança (*Security Sector Reform – SSR*) analisando as prioridades de acordo com a situação específica em campo e a experiência anterior.

### SEPARAÇÃO ENTRE ATIVIDADES MILITARES E A COOPERAÇÃO MILITAR

Para se efetivar essas novidades, percebeu-se a necessidade de mais ações conjuntas para se atingir as finalidades globais dentro do processo de paz. A unidade militar, nessa expansão, passa a trabalhar com outras sendo necessário, no entanto, manter clara a separação das funções mais apropriadas para o exército daquelas mais adequadas para as unidades civis.

Isso devido a fatores que envolvem essa colaboração, pois ainda que esta exista, as especificidades de cada unidade devem ser consideradas. São preocupações paralelas que influenciam no desempenho das atividades conjuntas, visto que há ações em que o exército é mais adequado e capacitado para executar uma ação. Em outros termos, ainda que se queira utilizar o efetivo militar para dar apoio nas distintas atividades que compõem uma operação de paz, faz-se imperioso utilizá-los em atividades em que suas aptidões sejam úteis. Por exemplo, em ações de DDR de antigos grupos armados locais, o efetivo militar é mais aproveitável principalmente na fase de desarmamento e como suporte na fase de desmobilização dos grupos combatentes. Já na última fase, a de reintegração dos indivíduos à

---

12 Promoção da paz ou *peacemaking* é uma das categorias de ação exercidas durante uma operação de paz. Existem outras que podem ser tomadas em conjunto ou sucessivamente a esta. De maneira resumida temos: a) a mencionada promoção da paz/*Peacemaking* que consiste em trazer as partes para um acordo pelos meios pacíficos elencados no capítulo VI da Carta; b) manutenção da paz/*Peacekeeping* sendo a presença das forças da ONU levemente armadas, apenas para autodefesa, responsáveis pela observação e monitoramento do respeito devido aos acordos de cessar-fogo, de áreas de segurança em conflitos, dos Direitos Humanos, entre outros pontos; c) imposição da paz/*Peace-enforcement* que seria uma ação militarmente mais agressiva da organização que consiste em dar apoio aos responsáveis pelas ações naquela região indo ao socorro de uma operação de paz já existente em vias de falir ou já falida ou ainda responder uma agressão sofrida por parte da operação da ONU; d) e a consolidação da paz/*Peace-building* que é o apoio dado à programas voltados para ações que visem a recuperação da região no período de pós-conflito, procurando auxílio internacional por meio de doações ou investimentos, destacar possíveis omissões nos processos pós-conflitos que possam ameaçar a paz, ou seja, auxiliar ao Estado a se reerguer.

sociedade, a responsabilidade recai ao componente civil da operação, por ser mais bem qualificado para essas ações.

Outro fator é o impacto que as atividades, ainda que não militares, contudo por eles executadas, possui perante a população e governo local. Essa questão também deve ser levada em consideração, devido ao fato de provocar maior ou menor colaboração destes para o andamento do processo de paz. Pode-se citar a cooperação militar nas ações de suporte humanitário. Ainda que provisoriamente, o contingente militar possa ser responsável pelas ações humanitárias da operação. Isso pode assumir a forma de garantia de liberdade de movimento, escoltas de comboios, a proteção de grupos humanitários e dos locais de armazenamento dos suprimentos humanitários (alimentos, remédios, doações), entre outras formas de assistência.<sup>13</sup> Esse apoio é dado tanto para as atividades de dentro da missão como em outras parcerias envolvendo ONGs e estruturas locais.

Não obstante é nesse tipo de atividade conjunta que se pode vislumbrar o ponto mencionado. Quando os militares atuam em conjunto com organizações humanitárias, a preocupação da distinção entre os grupos das organizações humanitárias e dos militares se torna ainda mais importante para garantir a imagem de imparcialidade e neutralidade das ações<sup>14</sup>. Isso quer significar a necessidade da parte militar agir nesse contexto priorizando os princípios que norteiam as atividades humanitárias retromencionados em detrimento de alguns estritamente militares, visto que as finalidades destas para aquelas são consideráveis.

Outras relações também ocorrem dentro da operação com a polícia civil da operação, durante o apoio dado na restauração e na manutenção da lei e da ordem local, típica atividade da unidade da polícia civil da ONU, a UNPOL. Devido à falta ou a dissolução das forças nacionais tanto

13 “This may take the form of ensuring freedom of movement, convoy escorts, protection of humanitarian personnel and storage sites, among other assistance.” UNITED NATIONS, *Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations*, p. 64.

14 A própria Cruz Vermelha e Crescente Vermelho é ciente dessa necessidade, visto que com os militares a receptividade da população local é diminuída. Como observa Peter Rehse, “The ICRC has few reservations regarding the involvement of the military in humanitarian tasks in post-conflict situations. Since the threat of being associated with one of the warring parties has diminished, even the delivery of direct aid by the military is not ruled out. However, the ICRC points out that in the case of renewed hostilities humanitarian work closely linked to the military can cause problems.” Mesmo que a situação permaneça a mesma o risco de comprometer a imagem das atividades outras que não a militar permanece. REHSE, Peter. *CIMIC: Concepts, Definitions and Practice*. Hamburg: Universität Hamburg und des IFSH, 2004, p. 41. Disponível em: <<http://www.ifsh.de/pdf/publikationen/hb/hb136.pdf>> Acesso em 15 set. 2011;

militares quanto policiais, o contingente militar poderá executar o papel de policiamento da região. No entanto, como essa execução não é própria dos militares e requer um treinamento especializado e certa experiência, “a manutenção da lei e da ordem será uma tarefa para os militares apenas em circunstâncias excepcionais, com o objetivo de retornar ao policiamento civil o mais rápido possível.”<sup>15</sup> Em outras palavras, assim que o governo local dispor de um efetivo policial ou que seja enviadas unidades de polícia das Nações Unidas, as atividades para o estabelecimento de um Estado de Direito local deve ser transferido para este ou para aquele. Isso devido, novamente à questão da diferenciação das atividades próprias das unidades e da impressão que se quer passar à população local.

Dessa forma, a diversificação das atividades militares gera duas consequências claras, dignas de destaque: a) primeiro, a necessária separação das atividades dos militares e das demais unidades, e b) segundo, a relação de cooperação entre o efetivo militar e de outros efetivos, tendo-se, em especial, a relação com o contingente policial devido às atividades de segurança local. Isso pelo frequente envio prévio de tropas militares para se garantir a segurança e a estabilidade da região para, posteriormente, serem expedidas as outras unidades das Nações Unidas. Como já aludido, ainda que a unidade militar se preste a auxiliar outras funções, este deve ficar restrito ao apoio a ser dado e relegar a execução as unidades específicas.

Nessa mesma cooperação militar-policial, além de ressaltar a questão da unidade militar estar mais bem preparada para executar esta ou aquela tarefa, o fator dos diferentes impactos que essas unidades causam na população local também é presente. Essa variável não pode ser desconsiderada, sendo um exemplo claro a questão das atividades de polícia executadas por policiais e militares da ONU. A necessidade de um perfil distinto da polícia [frente à militar] é importante para deixar clara a natureza civil do policiamento, o que auxilia a manter a autoridade moral e a confiança pública necessária para um efetivo policiamento.<sup>16</sup> Isso já não ocorreria da mesma forma se fosse com os militares.

---

15 “[...] maintenance of law and order will be a task for the military only in exceptional circumstances, with the goal of returning to civilian policing as soon as possible.” UNITED NATIONS, *Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations*, p. 63.

16 “The need for a distinct police profile is important to make clear the civilian nature of policing, which helps to maintain the moral authority and public trust needed for effective policing.” UNITED NATIONS, *Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations*, p. 92-93.

É inevitável a resistência da população local a efetivos com trajes de exército realizando a patrulha da região, pois a presença de militar nas ruas causa um impacto mais agressivo que a presença de policiais. Essa situação deixa incerta a relação e a colaboração da população local com a missão instalada no que se refere à manutenção da lei e da ordem interna. Sem essa colaboração popular tanto essas funções como outras serão comprometidas, ameaçando o resultado final da operação de paz.

Como se observou o ramo militar no momento conta com uma gama de atividades principais e secundárias muito mais abrangente que quando imaginada no período de Guerra Fria, com operações mais de monitoramento de uma situação que propriamente de ações efetivas para resolver o episódio. Tornaram-se apenas mais uma das componentes dos atuais processos de paz nas ações para garantir uma transição pacífica de um estado de conflito para um de paz.

## **A QUESTÃO DO TREINAMENTO DOS EFETIVOS NO BRASIL E SUAS VANTAGENS**

Como ilustrado acima, o componente militar das operações de paz das Nações Unidas apresenta um espectro de atividades muito abrangente. Também se denota que para exercê-las, o treinamento militar costumeiro dado pelo exército aos seus batalhões não é o suficiente a fim de prepará-los para a realidade que enfrentarão dentro desse tipo de operação da ONU.

No Brasil, essa questão já é observada desde os primeiros contingentes brasileiros cedidos às operações de paz. Num primeiro momento, os treinamentos eram realizados pelos próprios membros do exército criando-se, posteriormente, uma divisão responsável por todo esse processo.

Em decorrência desses eventos e em face da crescente mobilização internacional no sentido de criar estruturas que possibilitem a prática e a disseminação dos procedimentos e normas vigentes nas missões de paz, o Exército Brasileiro, maior tributário no âmbito das Forças Armadas brasileiras neste tipo de missão, criou, em 12 de março de 2001, o Centro de Preparação e Avaliação de Missões de Paz do Exército Brasileiro – CEPAEB, orgânico do Comando de Operações Terrestres (COTER), em Brasília/DF. Através deste órgão, o Exército Brasileiro participou, a convite da ONU, da padronização de módulos de treinamento para militares e policiais civis especialistas, designados para as missões de paz, colaborando no desenvolvimento dos conteúdos curriculares de um projeto mul-

tinacional e tomando a seu encargo os assuntos referentes aos oficiais de Estado-Maior, desde o nível batalhão até o comando das forças – o *Force Commander*. A título de exemplo, na MINUSTAH essa função vem sendo desempenhada, desde seu início, por um oficial general brasileiro<sup>17</sup>.

Além dessa divisão, atualmente o centro encarregado pelo treinamento de oficiais do exército para participação em operações é o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB)<sup>18</sup> situado na cidade do Rio de Janeiro. Este oferece cursos específicos para o citado treinamento de comandantes e sargentos, além de cursos e estágios em outras áreas como a de preparação de jornalistas que desejem trabalhar em áreas de conflitos.

O CCOPAB é um órgão do governo federal composto por membros não unicamente do exército, também fazendo parte membros de outras forças nacionais como, por exemplo, da Marinha do Brasil, das Forças Aéreas Brasileiras, do corpo de bombeiros, da polícia militar. É um órgão responsável por unificar as diretrizes determinadas pelo Estado Maior do Exército Brasileiro<sup>19</sup> (EME), pelas Nações Unidas incluindo o mandato da operação de paz e pelo COTER. É a partir desse organismo que se inicia o processo de treinamento e preparação dos contingentes brasileiros que servirão numa missão.

Em linhas gerais, O CCOPAB inicia o processo de treinamento, ao unificar as determinações dos três órgãos – EME, ONU, COTER – em uma diretiva única que guiará as ações do contingente em campo. Ela será passada em cursos para os comandantes de batalhão do exército, responsáveis por compreendê-las e repassá-las para seus respectivos pólos de instrução e treinamento espalhados pelos estados brasileiros. O mesmo ocorre nos níveis de capitães e tenentes, sendo dado no CCOPAB outro curso de nivelamento direcionado a essas posições.

Em Santa Catarina<sup>20</sup>, por exemplo, após essa primeira etapa, os comandantes retornam aos seus respectivos pólos de treinamento, sendo

17 CAMPOS. *Missões de Paz e preparação de pessoal no Brasil*. 2011. p.10.

18 Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/>>. Acesso em: 24 de out. 2011.

19 O Estado-Maior do Exército (EME) é o Órgão de Direção Geral (ODG) responsável pela elaboração da Política Militar Terrestre, pelo Planejamento Estratégico e pela orientação do preparo e do emprego da Força Terrestre, visando ao cumprimento da destinação constitucional do Exército Brasileiro (EB). A fim de permitir o cumprimento da missão do Exército: estudar, planejar, orientar, coordenar e controlar, no nível de direção geral, as atividades da Força, em conformidade com as decisões e diretrizes do Comandante do Exército. Site oficial: <<http://www.eme.eb.mil.br/>>. Acesso em: 24 out. 2011.

20 A questão do treinamento dos efetivos em Santa Catarina e seus procedimentos foram informados através de uma conversa informal com o Major Jair Pereira do 63º Batalhão de Infantaria da cidade de Florianópolis no dia 24 de outubro de 2011. Foi uma explanação geral auxiliando no entendimento do processo, visto a falta de literatura sobre o tema nos meios acadêmicos. Fica registrado o agradecimento pela contribuição para a confecção dessa parte do trabalho.

os principais localizados nas cidades de Blumenau, Joinville, São Miguel D'Oeste, Florianópolis. Em seguida, os citados membros trazem as diretivas e repassam aos grupos selecionados para a formação do contingente que será enviado a uma operação de paz. Posteriormente a esse período de treinamento nos respectivos pólos, todas as unidades são reunidas em Florianópolis para um período de três semanas para uma etapa final, visando nivelá-los e garantir uma interpretação única da diretiva por todos os membros. A última fase se dá com a inspeção final realizada por uma comissão formada por membros da CCOPAB nas unidades treinadas, a fim de verificar se estão realmente aptas para fazer parte da operação de paz em questão. Todo o processo de treinamento é acompanhado e rigorosamente observado pelos órgãos responsáveis.

Essa preparação é fundamental para o bom desempenho do contingente brasileiro na operação e na imagem que este passará do país, refletindo na da organização, em maior escala. Também é uma forma de consolidar as políticas defendidas pela diplomacia brasileira ao longo desses anos. Além dessas questões, o treinamento e a experiência prática das unidades em campo qualificam ainda mais os soldados para futuras atividades tanto dentro quanto fora do país.

Por esse ângulo, as operações de paz se apresentam como uma excelente oportunidade para o exercício contínuo e necessário as tropas do exército brasileiro. Este último ponto é salientado no artigo da *The Economist* de 23 de setembro de 2010, intitulado “Brasil e operações de paz: Política, não altruísmo”.<sup>21</sup> A reportagem traz pontos de interesse para a participação do país nas operações além daqueles mais nobres normalmente defendidos por sua política externa. Somando-se ao treinamento e à experiência prática ganha pelos participantes, o texto afirma que esse tipo de engajamento também ajuda “a modernizar o exército, que mudou muito pouco desde que comandou o país em uma ditadura que durou de 1964 a 1985”.<sup>22</sup>

Essa modernização se refere não somente a idéia de estratégia militar de combate e sim de outras posturas que aquelas rígidas comuns ao

---

21 THE ECONOMIST, *Brazil and peacekeeping: Policy, not Altruism*. Artigo completo disponível em: <[http://www.economist.com/node/17095626?story\\_id=17095626](http://www.economist.com/node/17095626?story_id=17095626)>. Acesso em: 01 de nov. 2010.

22 “[...] modernise the army, which has changed surprisingly little since it ran the country in a dictatorship lasting from 1964 to 1985.” THE ECONOMIST, *Brazil and peacekeeping: Policy, not Altruism*.



período ditatorial. Em outros termos, o exército brasileiro passa de uma mentalidade de preparação meramente militares para uma abordagem mais conjunta que leva em consideração interesses não só militares como também civis, visto que é com esse tipo de realidade que trabalharão nas operações multidimensionais. Isso reflete também numa mudança de postura, de preparação de uma força voltada somente para combates e guerra em uma que lida com aspectos mais de prevenção dessas últimas para que não se chegue ao combate alargando a visão do militar para questões como direitos humanos, direito humanitário, atividades de assistência e de apoio a outras esferas da sociedade.

Em que pese o caráter crítico e realista da reportagem, não há como negar esses fatores positivos para o efetivo brasileiro. Dá ainda mais razões para que o exército brasileiro procure meios de se qualificar cada vez mais para desempenhar essas novas atividades provenientes das operações de paz multifuncionais. Igualmente essas experiências podem refletir em benefícios para as questões internas brasileiras como foram os casos das instalações de Unidades de Polícia Pacificadoras no Rio de Janeiro iniciadas em 2011.<sup>23</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode deprender a função dos contingentes militares dentro de uma operação de paz há a muito não se limita as ações clássicas de observação. Juntamente com as mudanças no contexto de atuação das operações de paz multidimensionais, as unidades militares também foram obrigadas a observar e a elas se adaptar.

Não somente as atividades militares em si tiveram que ser revistas, como outras atividades de participação em órgão de inteligência e de coordenação da operação. De igual forma trouxe à baila a necessária cooperação com outras unidades, moldando-se as necessidades, princípios e finalidade das atividades apoiadas. Portanto, cada vez mais os TCC devem adotar as recomendações da ONU no intuito de já oferecerem um treinamento aos seus efetivos, para que estes possam compreender o universo em que se inserem.

---

23 Aqui se faz referência às ações da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), na qual se fez a ocupação das favelas da cidade do Rio de Janeiro com o intuito de desarticular o crime organizado através de ocupação militar, seguida de ações de cunho social. Maiores informações. Disponível em: <<http://upprj.com/wp/>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

Questões como as atividades próprias do exército, a noção de que poderão executar ou apoiar atividades daquelas que lhes são habituais, saber diferenciar as finalidades de ações militares e humanitárias, são exemplos dessa abertura. Todas essas questões devem ser trabalhadas, pois influenciarão no desempenho futuro da operação de paz como um todo, podendo reverter em benefício prático para ações necessárias dentro do seu país de origem.

O Brasil já vem fazendo a sua parte tendo o CCOPAB para auxiliar na preparação dos seus batalhões destinados às operações. O órgão oferece treinamento não só para militares como também para outras áreas através de cursos e estágios ministrados na sede ou à distância. Além de garantir uma experiência prática às suas unidades, auxilia na visão de um novo momento, um novo tipo de conflito, uma nova realidade em que a antiga visão e forma de agir e pensar dos militares não é mais suficiente para lidar com os episódios atuais. Ter um exército com essas noções já presentes é deixá-los melhor preparados para eventualidades futuras tanto fora como dentro das fronteiras. Afinal, muitos dos problemas enfrentados pelas tropas brasileiras no âmbito de operações de paz não são muito diferentes de situações internas de um vasto país como o Brasil.

Tendo em vista os objetivos brasileiros e o aprimoramento discorrido neste trabalho sobre as funções militares nas operações de paz, é de fundamental importância a questão da promoção de um treinamento específico oferecido pelo país. Com uma melhor formação de nossos oficiais e a experiência por eles angariada na participação em missões tornará cada vez mais eficaz e efetiva a atuação brasileira nessas atividades internacionais. Dessa maneira se garantirá a preservação do bom nome do Brasil frente aos demais partícipes da Comunidade internacional ao se mencionar o comprometimento do mesmo com as questões de manutenção da paz ainda que não seja de todo um altruísmo.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, Marcio Teixeira de. **Missões de Paz e preparação de pessoal no Brasil.**

Disponível em: <<http://www.abed-defesa.org/page4/page8/page9/page19/files/marciocampos.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2011. p.9.

CELLAMARI, Giovanni. **Le operazioni di peace-keeping multifunzionali.** Torino: G.

Giappichelli Editore, 1999.

CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo. **Le Nazioni Unite**. 8. ed. Milão: CEDAM, 2010.

CONING, Cedric de. Civil-military coordination practices and approaches within United Nations peace operations. In: **Journal of Military and Strategic Studies**. Vol. 10, Issue 1. 2007, p. 13. Disponível em: <<http://www.jmss.org/jmss/index.php/jmss/article/view/36>> Acesso em 15 set. 2011.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 1999.

REHSE, Peter. **CIMIC: Concepts, Definitions and Practice**. Hamburg: Universität Hamburg und des IFSH, 2004, p. 41. Disponível em: <<http://www.ifsh.de/pdf/publikationen/hb/hb136.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2011.

THE ECONOMIST, Brazil and peacekeeping: Policy, not Altruism. Artigo completo disponível em: <[http://www.economist.com/node/17095626?story\\_id=17095626](http://www.economist.com/node/17095626?story_id=17095626)>. Acesso em: 01 de nov. 2010.

UNITED NATIONS, **Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations**. New York: United Nation, 2003. Disponível em: <<http://www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/Pbps/library/Handbook%20on%20UN%20PKOs.pdf>>. Acesso em: 20 maio de 2011.

\_\_\_\_\_. **United Nations Peacekeeping Operations: Principals and Guidelines**. New York: United Nations, 2008.

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as Operações de Manutenção da Paz e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2010.

